

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência-official da capital e das províncias, *trazida de parte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devam dirigir-se à Imprensa Nacional. Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
 Ditado por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
 Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1903, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:
 Decretos de 10 de Maio:
 Reconstituindo as Comissões Administrativas dos Municípios de Abrantes e Proença-a-Nova.
 Exonerando as comissões paroquiais das freguesias de Soure e Caparica.
 Despachos criando, desdobrando e convertendo escolas primárias.
 Despachos criando novos lugares de professor em várias escolas primárias.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:
 Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento e pessoal.
 Despachos e rectificações a despachos sobre reconstituição de comissões concelhias de administração de bens das igrejas.
 Despachos aprovando estatutos de associações culturais.
 Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:
 Portaria de 13 de Maio, agregando mais dois vogais à comissão incumbida de averiguar do estado dos serviços da Secretaria da Junta de Crédito Público.
 Relações de títulos de renda vitalícia.
 Relação dos recursos extraordinários sobre matéria de contribuições relatados em Abril.
 Balancetes de bancos e companhias.
 Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

MINISTÉRIO DA GUERRA:
 Ordem do Exército n.º 8 (2.ª série), referida a 23 de Abril.

MINISTÉRIO DA MARINHA:
 Lei de 10 de Maio, estabelecendo as épocas de exames nos cursos de pilotagem.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:
 Portaria de 12 de Maio, mandando submeter à arbitragem as reclamações apresentadas pelos proprietários dum terreno atravessado pela linha férrea de Tavira a Cacela.
 Decretos de 10 de Maio:
 Autorizando o abono de trabalhos extraordinários nas repartições de vários serviços externos da Direcção Geral de Obras Públicas e Minas.
 Declarando sem efeito o decreto que incumbiu duma missão de estudo no estrangeiro o Director da Escola Nacional de Agricultura.
 Reformando três empregados dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.
 Editos e rectificações a editos sobre concessão dos diplomas aos descobridores de várias minas de estanho situadas no concelho da Guarda.
 Nota dos registos de marcas industriais efectuados em Abril.
 Relação de pedidos de registo de patentes de invenção.
 Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.
 Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:
 Nova publicação, rectificada, da lei de 7 de Maio, que manda cumprir em Timor a pena de degredo dos réus condenados na comarca de Macau.
 Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
 Portaria de 12 de Maio, regulando a apresentação, por parte dos réus cumprindo sentença no ultramar, dos pedidos de indulto ou comutação de penas, a conceder por ocasião do terceiro aniversário da implantação da República.
 Decreto de 10 de Maio, resolvendo, sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 13:695, em que era recorrente um terceiro oficial do quadro aduaneiro de Cabo Verde.

CONGRESSO:
Câmara dos Deputados, proposições de lei:
 Autorizando a Câmara Municipal da Moita a tornar extensiva a todos os portos e esteiros do concelho a cobrança do imposto de renda de cais e porto.
 Autorizando o Governo a remodelar o regulamento disciplinar da armada.
 Isentando de direitos de mercê os professores provisórios ou interinos dos liceus.
 Regulando as promoções a segundos aspirantes nos quadros dos correios e telégrafos.
 Elevando os vencimentos dos serventes dos vários serviços de obras públicas.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:
 Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos. Governo Civil de Évora, editos acerca da perda de direitos à concessão duma mina de cobre situada no concelho de Évora.
 Juízo de direito da 1.ª vara da comarca do Porto, editos para expropriações de terrenos.
 Juízo de direito da comarca de Figueira de Castelo Rodrigo, editos para citação de refractários.
 Caixa Geral de Depósitos, nota do movimento de fundos em Abril.
 Casa da Moeda, aviso acerca do concurso para arrematação de artigos anunciado nos n.ºs 104 e 106 do *Diário*.
 Mercado Central de Produtos Agrícolas, aviso acerca da importação de centeio.
 Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
 Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
 Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.
ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 156 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 10 de Maio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Achando-se a comissão Administrativa Municipal do concelho de Abrantes reduzida a quatro dos seus vogais efectivos e sem nenhum dos substitutos, impondo-se assim a sua remodelação, como convém aos interesses dos muncipes e às conveniências do serviço público: hei por bem, conformando-me com a consulta da Procuradoria Geral da República, e sob proposta do Ministro do Interior, decretar a mesma remodelação, ficando aquela Comissão Administrativa assim constituída: vogais efectivos, José António dos Santos, Joaquim Maria de Almeida Beja, Manuel Lopes-Valente Júnior, José Maria de Carvalho, Manuel de Oliveira Neto, Vergílio da Silva Bastos e Joaquim Duarte Ferreira; substitutos, Manuel Pimenta de Almeida Beja, Albino de Sousa Pires, Marçal Marques Moreno, Simão Pires de Oliveira, Adelino Lemos, Zeferino Alves da Silva Júnior e Alvaro Luis Damas.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Verificando-se que a actual Comissão Administrativa Municipal do concelho de Proença-a-Nova fôra apenas constituída com cinco vogais efectivos, e outros tantos substitutos, contra o disposto no artigo 98.º do Código Administrativo de 1878, e ainda porque o quadro dos vogais efectivos se acha reduzido, e nenhum exista no quadro dos substitutos, e, tornando-se necessário regularizar um tal estado de coisas, como convém aos interesses dos muncipes, e às conveniências do serviço público: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar a remodelação da mesma Comissão Administrativa, ficando assim constituída: Vogais efectivos, Alfredo Lopes Tavares, Manuel José Alves, Francisco Farinha Tavares, Alberto Lopes Pires Tavares, João Ribeiro da Cruz, Flamiano Ferreira de Matos e Lino Ferreira de Matos. Substitutos, João Manuel Pires Magro, José da Silva Cavalheiro, António Fernandes Caseiro, José Delgado Ferreira Júnior, Francisco Roque Laia, António Ribeiro Quintino e João Laia Frauco.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Verificando-se estar completamente desorganizada a actual comissão administrativa paroquial da freguesia sede do concelho de Soure, e atendendo à necessidade, que há, de pôr termo a essa desorganização, como convém aos interesses do referido corpo administrativo, e aos seus paroquianos: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, exonerar a referida comissão administrativa, cuja substituição deverá ser feita pelo competente governador civil.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo ao que me representou o governador civil do distrito de Lisboa, acerca de irregularidades cometidas, na respectiva gerência, pela Junta de Paróquia da freguesia de Caparica, concelho de Almada: hei por bem, conformando-me com a consulta da Procuradoria Geral da República e sob proposta do Ministro do Interior, decretar a dissolução da mencionada Junta de Paróquia.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por decretos de 10 do corrente mês:
 Criada uma escola para o sexo masculino no lugar de Pinhete, freguesia de Rebordosa, concelho de Paredes, circulo escolar de Paços de Ferreira, sendo instalada na escola do sexo feminino ali existente e devendo funcionar os dois cursos a horas diferentes.

Criada uma escola para o sexo masculino na freguesia de Carvalhal, concelho e circulo escolar da Certã, ficando o seu provimento dependente da existência de casa, mobília e material escolar.

Criada uma escola para o sexo feminino na freguesia de Prova, concelho de Meda, circulo escolar do Vila Nova de Fozcoza, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta na freguesia de Pinheiros, concelho de Monção, circulo escolar de Valença, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta na freguesia de Grimancolos, concelho e circulo escolar de Barcelos, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta na freguesia de Giesteira, concelho o circulo escolar de Évora, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta em Vale de Madeiros, freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, circulo escolar de Mangualde, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta na freguesia de S. Tiago da Cruz, concelho de Vila Nova de Famalicão, circulo escolar de Barcelos, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta em Pinheiro, freguesia de Pápsios, concelho de Carregal do Sal, circulo escolar de Santa Comba Dão, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta em Ponte de S. Simão, freguesia de Aguda, concelho de Figueiró dos Vinhos, circulo escolar de Ancião, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta na freguesia de Lemenhe, concelho de Vila Nova de Famalicão, circulo escolar de Barcelos, nas mesmas condições.

Criada uma escola mixta em Moninhos Fundeiros, freguesia de Aguda, concelho de Figueiró dos Vinhos, circulo escolar de Ancião, nas mesmas condições.

Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo masculino da freguesia da Sé, Praça Garrett, da cidade do Porto (circulo oriental).

Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo masculino de S. Mateus, concelho da Madalena, circulo escolar da Horta, ficando o seu provimento dependente da instalação da escola noutra casa em melhores condições.

Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo feminino de S. Mateus, concelho da Madalena, circulo escolar da Horta, nas mesmas condições.

Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo feminino da Mina de S. Domingos, concelho de Mértola, circulo escolar de Serpa.

Criado um 2.º lugar de professor na escola para o sexo masculino de Fanhões, concelho de Loures, circulo escolar de Alenquer.

Criado um 2.º lugar de professor na escola para o sexo masculino (2.ª cadeira) da sede do concelho de Ceia, circulo escolar de Gouveia, devendo cada um dos professores tomar a seu cargo a regência de duas classes, leccionando-as um de manhã e outro de tarde.

Criado um 2.º lugar de professora na escola para o sexo feminino da freguesia de Cabeça Gorda, concelho e circulo escolar de Beja.

Criado um 2.º lugar de professora na escola para o sexo feminino da freguesia de Campanhã, à Corujeira, da cidade do Porto (circulo oriental).

Criado um 3.º lugar de professor na escola para o sexo masculino da freguesia de Chão de Couce, concelho e circulo escolar de Ancião, ficando o seu provimento dependente da instalação da escola noutra casa em melhores condições.

Desdobrada a escola mixta do lugar de Lamas, freguesia de Ferreira de Aves, concelho de Sátão, circulo escolar de Viseu em duas escolas, uma para cada sexo, ficando o provimento da escola do sexo masculino, dependente da existência de casa, mobília e material escolar.

Desdobrada a escola mixta da freguesia de Arreigada, concelho de Paços de Ferreira, em duas escolas, uma para cada sexo, podendo ambas desde logo funcionar visto já estarem providas de tudo o que lhe é necessário.

Convertida em mixta a escola para o sexo masculino da freguesia de Alfaraia de Jales, concelho e circulo escolar de Vila Pouca de Aguiar.

Convertida em uma escola mixta as duas escolas do sexo masculino e feminino existentes na freguesia de Gouveas do Douro, concelho de Sabrosa, circulo escolar de Alijó.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 13 de Maio de 1913. — O Director Geral, interino, *Jodo de Barros*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição
3.ª Secção

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:
 Artigo 1.º Em cada ano lectivo haverá duas épocas

ordinárias de exames para os indivíduos que pretendam habilitar-se com os cursos elementar e complementar de pilotagem; a primeira de 1 a 15 de Julho e a segunda de 1 a 15 de Outubro.

§ único. Além das duas épocas ordinárias a que se refere este artigo, são também extraordinariamente permitidos exames em qualquer época do ano, com excepção do tempo de férias, devendo as propinas ser o dobro.

Art. 2.º A nenhum indivíduo será permitido fazer exames correspondentes a mais dum ano de curso dentro do mesmo ano lectivo.

Art. 3.º Fica o Governo autorizado a decretar, sem aumento de despesa, as medidas indispensáveis para que os alunos matriculados nos cursos de pilotagem da Escola Auxiliar de Marinha possam, a começar no ano lectivo de 1913-1914, gozar as vantagens concedidas pela presente lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1913.— *Manuel de Arriaga* — *José de Freitas Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas

Licenças de que foram pagos os emolumentos:

Maio 8

Augusto Fernandes Madureira, official de diligências do juízo de direito de Murça — sessenta dias.

Maio 10

Custódio da Costa e Brito, escrivão do juízo de direito da Ilha de S. Jorge — sessenta dias.

António Augusto de Sousa Pinto, escrivão do juízo de direito de Castro Daire — sessenta dias, por motivo de doença.

Direcção Geral da Justiça, em 13 de Maio de 1913.— O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Despachos effectuados em 12 do corrente

Manuel Casal Ribeiro, Joaquim Luis Rodrigues, Alfredo de Barredo e Alberto Loureiro, exonerados das funções que desempenhavam na Comissão Concelhia de Administração de Espinho, ficando a nova Comissão constituída pela seguinte forma: presidente, bacharel Joaquim Pinto Coelho; secretário, Joaquim Luis Rodrigues; vogais: Marcelino José de Oliveira, professor, e Avelino Vaz, vereador.

Miguel de Almeida Martins de Araújo, José Henriques, António Almeida Queiroz e Eduardo da Costa Santos, exonerados da Comissão Concelhia de Administração de Penalva do Castelo; nomeados para constituírem a nova comissão: presidente, João do Espírito Santo Brito; secretário, António Bernardino de Almeida; vogais: José Martins Araújo, professor, e Francisco Lopes Frade, vereador.

Tito Sendas, professor, exonerado de vogal da Comissão Concelhia de Administração de Alfândega da Fé. João Baptista Vilares, professor, nomeado para desempenhar as ditas funções.

Manuel Esteves, exonerado de presidente da Comissão Concelhia de Administração de Mafra.

António Cândido Duarte, nomeado para desempenhar as ditas funções.

Paulino José Correia, professor, exonerado de vogal da Comissão Concelhia de Administração da Barquinha. Francisco Medeiros Resende, professor, nomeado para desempenhar as ditas funções.

José Mendes Maldonado Pedrosa, exonerado de vogal da Comissão Concelhia de Administração de Santarém.

Luis Torres Baptista, vereador, nomeado para desempenhar as ditas funções.

Declara-se que a nomeação do cidadão Francisco José Gomes de Carvalho, constante do *Diário do Governo*

n.º 94, de 23 de Abril último, se refere à Comissão Concelhia de Administração de Estremoz, cujo secretário, António Xavier Franco, pediu a sua exoneração.

Nos termos e ao abrigo dos artigos 17.º e seguintes do decreto, com força de lei, de 20 de Abril de 1911 — aprovados os estatutos da Associação Cultural de Cambra, com sede no lugar de Santa Comba, da freguesia de Cambra, concelho de Vouzela, distrito de Viseu.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 13 de Maio de 1913.— O Director Geral, *José Caldas*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Por despacho de 10 de Maio de 1913:

Bacharel Jacinto Pinto Ferreira Guerra — nomeado official do registo civil no concelho da Lourinhã.

Por despacho de 13 do mesmo mês:

João Narciso Bacalhau — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia da Giesteira, do concelho de Évora.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 13 de Maio de 1913.— O Conservador Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, sobre proposta da comissão incumbida, por portaria de 18 de Março último, de averiguar do estado dos serviços da Secretaria da Junta do Crédito Público, agregar à mesma comissão o Dr. Carlos Lopes de Quadros, juiz adido ao quadro da magistratura judicial, e o Dr. Mário Augusto de Miranda Monteiro, advogado.

Paços do Governo da República, em 13 de Maio de 1913.— O Ministro das Finanças, *Afonso Costa*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

3.ª Repartição

Relação dos recursos extraordinários, relatados na 3.ª Repartição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, no mês de Abril de 1913 (Artigo 8.º do decreto de 7 de Maio de 1908)

Número do processo	Livre	Nome do recorrente	Localidade		Contribuição predial Assunto	Período a que se refere		Acórdão	
			Distrito	Concelho ou bairro		Ano	Semestre	Resultado	Data
75	6.º	Olimpio de Oliveira Rosa	Lisboa	Alcácer do Sal	Anulação	1912	-	Não tomar conheç.	8 - 4 - 1913
129	»	Maria José Camille Abreu de Carvalho	»	Azambuja	»	1911	-	Idem	8 - 4 - 1913
54	»	Carolina Adelaide Lupi Verol e Vitor Verol	»	Alcácer do Sal	»	1912	-	Idem	18 - 4 - 1913
70	»	João Sezinande Cardim	»	»	»	»	-	Idem	18 - 4 - 1913
188	»	Cirino Vitor Verol	Angra do Heroísmo	S.ª Cruz da Graciosa	»	»	-	Idem	18 - 4 - 1913
150	»	S. Wilier Wood	Horta	Santa Cruz	»	1910-1911	-	Dar provimento	25 - 4 - 1913
69	»	Joaquim Teixeira de Macedo e Castro	Lisboa	Alcácer do Sal	»	1912	-	Não tomar conheç.	25 - 4 - 1913
178	»	Alexandre Silvério	»	»	»	»	-	Idem	25 - 4 - 1913
194	»	António Lopes Soares Branco	»	»	»	»	-	Idem	29 - 4 - 1913

3.ª Repartição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 12 de Maio de 1913.— O Chefe da Repartição, *Raúl José Viana da Costa*.

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Serviço de Contabilidade Central

Resumo do activo e passivo em 31 de Janeiro de 1912

ACTIVO

Estabelecimento:		
Custo das linhas	57.042.543,501	
Material circulante	2.999.479,985	
Mobília, utensílios e ferramentas	509.457,235	
Diferença entre o valor nominal e o de emissão de obrigações	31.901.727,150	92.458.207,871

Despesas complementares do estabelecimento desde 1895	424.737,501	
Bens próprios com aplicação especial	1.772.567,020	
Reservas	286.164,450	
Abastecimentos	1.087.299,855	
Carteira	120.768,529	
Caixa e Bancos	1.585.227,861	
Devedores diversos	1.177.801,221	
	98.887.774,808	

PASSIVO

Capital:		
66.660 acções a 90.000 réis	5.999.400,000	
Obrigações:		
Emitidas até esta data	89.498.610,000	
Fundo de reserva especial	286.164,450	
Fundo de reserva ordinário	6.543,564	
Conta geral de exploração:		
Receitas do tráfego	545.852,425	
Menos:		
Despesas de exploração	254.720,593	
	290.631,832	
Credores diversos	1.576.679,913	
Ganhos e perdas		
Saldo desta conta nesta data	1.229.744,419	
	98.887.774,808	

O Presidente da Comissão Executiva, *Ernest Daehnhardt*. — O Engenheiro Sub-Director da Companhia, *Ferreira de Mesquita*. — O Chefe de Serviço da Contabilidade Central, *José Cândido Freire*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 15 de Março de 1912.— O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Relação n.º 2:881, com referência ao distrito de Lisboa, dos títulos de renda vitalícia que se remetem pela Direcção Geral da Contabilidade Pública ao Inspector de Finanças do dito distrito, a fim de serem entregues aos interessados, na conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pagos pelo respectivo cofre central.

Número dos títulos	Referência ao assentamento geral que existe na referida direcção		Nome do agraciado	Classe inactiva a que lhe pertencendo	Vencimento líquido a que tem direito		Observações
	Dos que tem consideração especial de pagamento	Dos que não tem essa consideração			Anual	Mensual	
16:713	-		Pensões 55 Francisco	Pensões de preço de sangue.	\$ 18,50	\$ 1,125	Vencimento de 1 de Julho de 1912 a 16 de Agosto de 1913, data em que o interessado completa catorze anos de idade.
16:714	-		» 55 José	Idem	\$ 18,50	\$ 1,125	Vencimento de 1 de Julho de 1912 a 5 de Junho de 1917, data em que o interessado completa catorze anos de idade.
16:715	-		» 55 João	Idem	\$ 18,50	\$ 1,125	Vencimento de 1 de Julho de 1912 a 18 de Julho de 1919, data em que o interessado completa catorze anos de idade.
16:716	-		» 55 Violante	Idem	\$ 18,50	\$ 1,125	Vencimento de 1 de Julho de 1912.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 10 de Maio de 1913.— O Director Geral, *André Navarro*.